

# AFTOSA

## Com a palavra, os especialistas



ARTHUR PULS / CP MEMÓRIA

### ■ DANTON JÚNIOR

Caberá a um grupo de 25 especialistas, do Brasil e do exterior, analisar informações do levantamento das áreas de risco de febre aftosa no Rio Grande do Sul. Com os nomes ainda mantidos em sigilo, estão entre eles veterinários, servidores públicos e pecuaristas, que irão responder a um questionário durante a segunda quinzena de junho. O relatório final, a ser entregue até o começo de 2016 para o governo gaúcho, irá embasar a decisão do Estado de optar ou não pela retirada da vacinação contra a doença.

“Eles vão avaliar as variáveis que fazem parte do modelo de risco, dizer se elas estão adequadas e qual o peso de cada uma”, explica Diego Viali dos Santos, fiscal federal agropecuário do Ministério da Agricultura e um dos coordenadores da pesquisa, realizada a pedido do Fundo de Desenvolvimento e Defesa Sanitária Animal (Fundesa). Os nomes foram escolhidos por uma técnica conhecida como *snowball* (em português, bola de neve). Ou seja, um grupo de especialistas seleciona outros nomes, baseado em uma

série de requisitos. De acordo com Santos, trata-se de um corpo heterogêneo, com integrantes do Rio Grande do Sul e de outros estados, assim como do Uruguai e da Argentina.

O grupo terá a missão de avaliar um conjunto de 60 variáveis, já elencadas, que podem indicar se uma região corre o risco de apresentar um foco da doença. Entre as principais, estão a densidade de bovinos, de suínos, distância da fronteira e movimentação de animais. Caberá ao grupo técnico conferir o devido peso a cada variável. Uma espécie de “média” com a opinião dos especialistas irá constar no relatório final.

Conforme Santos, o objetivo do estudo é colocar à disposição do Estado uma ferramenta que poderá justificar a decisão sobre o futuro da vacinação, apontando as regiões onde é necessário fortalecer as ações de defesa sanitária.

O estudo sobre as áreas de risco integra as ações dos grupos de trabalho que desde o início do ano discutem a mudança no status sanitário. Uma das definições já encaminhadas é a defesa do georreferenciamento nas propriedades rurais

das regiões de fronteira. “A questão do georreferenciamento vai permitir o conhecimento preciso não só do número de propriedades, mas onde elas precisamente estão e onde se distribuem geograficamente”, explica o chefe do Serviço de Saúde Animal da Superintendência do Ministério do Trabalho no Rio Grande do Sul (Mapa/RS), Bernardo Todeschini, que coordena o subgrupo de avanço de status.

Apesar de a discussão não ser recente, ainda não há uma previsão de quando o Rio Grande do Sul poderia formalizar o pedido de mudança no status sanitário. “Esse é um assunto que está sendo trabalhado com cautela, com equilíbrio. A área técnica está fazendo as avaliações”, explica o presidente do Fundesa, Rogério Kerber. “No momento adequado será tomada a decisão.” Kerber observa, porém, que nos últimos anos uma série de melhorias foi implantada no sistema de defesa sanitária, como a informatização das inspetorias veterinárias e a implantação de postos fiscais de divisa.

Desde 2007, o Rio Grande do Sul é área livre de aftosa com vacinação. A discussão sobre a retirada da vacina ganha

força 15 anos após o caso mais grave da doença já registrado no Estado. Em 2000, foram identificados 22 focos em território gaúcho, 19 deles em Joia. Na ocasião, 11 mil animais tiveram de ser sacrificados. O Rio Grande do Sul voltou a analisar o tema depois que o Paraná solicitou ao Ministério da Agricultura o aval para buscar a mudança no status sanitário junto à Organização Internacional de Saúde Animal (OIE).

Tanto lá como aqui, porém, o tema é alvo de controvérsia. Quem defende a retirada da vacina alega que, com isso, o Estado poderá conquistar mercados mais exigentes. A medida, porém, encontra restrições no setor produtivo. A Associação Brasileira de Angus (ABA) já se manifestou contrária à retirada da vacina no Paraná. O presidente da Farsul, Carlos Sperotto, afirma que a entidade conta com uma posição de conhecimento científico das estruturas de defesa do Estado e do posicionamento dos países mais próximos – Argentina, Uruguai e Paraguai –, e que o caminho será construído em conjunto. “Deveremos ter um panorama na próxima Expinter”, conclui.